

Instituto de Investigaciones Gino Germani

VI Jornadas de Jóvenes Investigadores

10, 11 y 12 de noviembre de 2011

Otávio Gomes Rocha

DGEOG/Universidade Federal do Paraná

otaviogr@gmail.com

Eje 3. Protesta y conflicto social. Prácticas de organización y procesos de transformación.

Mobilização e resistência dos povos faxinalenses: contribuições da Cartografia Social como instrumento de protesto.

Resumo

Os povos e comunidades tradicionais do Brasil ocuparam uma posição importante no cenário dos conflitos territoriais no país durante a última década. Ainda que a maioria destes casos pareçam estar vinculados à região amazônica, o Sul do país, e particularmente o estado do Paraná são cenários de movimentos emergentes de diferentes grupos sociais organizados em torno do reconhecimento de suas identidades, que buscam visibilidade ante o Estado para a reprodução de seu modo de vida diferenciado. Os faxinalenses, povos caracterizados pelo uso comum da terra para criação de animal à solta, entre outras práticas específicas tradicionais, estão organizados como movimento social desde 2005, e utilizam como principal ferramenta de luta a Cartografia Social, prática de auto-mapeamento participativo que permite maior visibilidade, fortalecimento comunitário e político-organizativo para os grupos que a realizam. A pesquisa tem como objetivo a identificação e reflexão sobre os efeitos e resultados deste instrumento de protesto. A aproximação e o desenvolvimento da pesquisa se deram mediante o acompanhamento em campo do processo de elaboração da Cartografia Social pelos faxinalenses dos municípios de Quitandinha, Paraná e Mandirituba, Paraná, os quais estão unidos à Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, movimento social que abarca todo o estado do Paraná.

Resumen

Pueblos y comunidades tradicionales de Brasil ocuparon una posición importante en el escenario de los conflictos territoriales en el país durante la última década. Aunque la mayoría de estos casos parecen estar vinculados a la región amazónica, el sur del país, y particularmente el estado del Paraná, son escenarios de movimientos emergentes de diferentes grupos sociales organizados en torno del reconocimiento de sus identidades, que buscan

visibilidade ante el Estado para la reproducción de su forma de vida diferenciada. Los *faxinalenses*, pueblos caracterizados por el uso compartido de la tierra para el ganado criados sueltos, entre otras prácticas específicas tradicionales, están organizados como movimiento social desde 2005, y utilizan como principal herramienta de lucha la Cartografía Social, práctica de auto-mapeo participativo que permite mayor visibilidad, fortalecimiento comunitario y político-organizativo para los grupos que la realizan. La investigación tiene como objetivo la identificación y reflexión sobre los efectos y resultados de este instrumento de protesta. La aproximación y el desarrollo de la investigación se dieron mediante el acompañamiento en campo del proceso de elaboración de la Cartografía Social por los *faxinalenses* de los municipios Quitandinha, Paraná y Mandirituba, Paraná, los cuales están unidos a la *Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses*, movimiento social que abarca todo el estado del Paraná.

1 Introdução

No Brasil, os povos e comunidades tradicionais¹ ocuparam uma posição importante no cenário dos conflitos territoriais durante a última década. Grupos sociais mobilizados em torno do reconhecimento identitário, amparados pela ratificação de importantes aparatos jurídicos como a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre o reconhecimento de territórios indígenas e tribais, emergem como sujeitos sociais ativos neste contexto de virada territorial e conformam o que especialistas chamam de novos movimentos sociais.

O estado do Paraná é palco de multiplicidades de conflitos e emergências de novos atores pautados pelo reconhecimento de identidades territoriais coletivas, articulados desde a metade da última década por movimentos sociais multiescalares e organizados em redes. A nova emergência politizada de identidades coletivas que caracterizam os povos e comunidades tradicionais, vinculada ao velho contexto de disputas territoriais, apoderou sujeitos sociais historicamente marginalizados e possibilitou o surgir de vozes silenciadas de grupos como quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, ilhéus, cipozeiras e cipozeiros, benzedoras e benzedores, faxinalenses, etc.

¹ Povos e Comunidades tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” (Art. 3 da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto n.º 6.040/2007)

O espaço agrário no Brasil, marcado pela forte desigualdade de distribuição de terras e riquezas e pela violência dos conflitos que envolvem a luta pela terra, foi alvo de intervenções políticas que apresentaram diversas transformações e rupturas, todavia insuficientes para resolver sua estrutura fundiária contraditória e desigual. Dentre os programas orientados pela lógica do desenvolvimento implementados no Brasil como política pública para o campo desde a década de 1950, destacam-se a revolução verde, o desenvolvimento rural integrado, o desenvolvimento rural com base local e, mais recentemente, o desenvolvimento territorial rural. Estes projetos, embora possuam óticas distintas sobre a aplicação de políticas públicas, apresentam em comum o discurso do desenvolvimento como pilar central, baseado nas premissas capitalistas de modernização do campo (e conseqüente expulsão dos trabalhadores rurais para as cidades) e inserção dos sujeitos sociais que possuem formas de vida diversificadas à lógica produtivista do capital.

Nossa entrada no emergente debate sobre conflitos associados a diferentes lógicas de apropriação do território e recursos naturais/bens comuns está embasada nos conceitos de desenvolvimento e território. Este trabalho pretende apresentar o panorama geral da experiência construída pelos povos faxinalenses dos municípios de Quitandinha e Mandirituba, no estado do Paraná, como resistência aos processos hegemônicos do desenvolvimento, através da Cartografia Social, prática associada ao processo de auto-mapeamento que (re)cria identidades territoriais e fortalece a organização comunitária de base. A pesquisa desenvolvida durante os últimos dois anos² buscou a identificação e reflexão acerca dos desdobramentos desta prática, mediante acompanhamento das diversas etapas de construção da Cartografia Social e das atividades que dela se derivaram.

2 Territórios faxinalenses em disputa

Os grupos acompanhados pela pesquisa durante e após o procedimento da Cartografia Social referem-se aos faxinalenses dos municípios de Quitandinha e Mandirituba, na Região Metropolitana de Curitiba. Os faxinalenses, grupos auto-identificados como comunidade tradicional possuem uma dinâmica própria, através de encontros e diversas atividades que materializam a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, movimento social que possui formas multiescalares de organização, através de núcleos regionais descentralizados e coordenação executiva.

² A pesquisa, inserida no Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela Terra e pelo Território (ENCONTTRA), contou com apoio da Universidade Federal do Paraná e do CNPq.

Caracteriza o território das comunidades faxinalense os criadouros comuns, áreas de uso comunitário para criação animal à solta, as relações de trabalho comunitárias e familiares e o uso diferenciado dos recursos territoriais, de forma indissociável da reprodução da vida. De acordo com Tavares, faxinal pode ser entendido como “formação social tipicamente camponesa, silvo-agro-pastoril, com tradição secular de terras de uso comum, independente de a propriedade ser privada ou não, que constrói, mantém e reconstrói a fração do território comunitário camponês faxinalense.” (TAVARES, 2008, p.573)

Entretanto, os critérios de autodefinição de identidades coletivas provenientes da convenção 169 da OIT amparam compreensões mais complexificadas, que extrapolam as relações de produção e as características físicas dessas comunidades. Para Souza (2007), mais importante do que considerar o faxinal apenas por suas características físicas ou pelo “sistema” de produção vigente, é compreendê-lo como construção do sujeito faxinalense a partir de sua identidade coletiva e da reprodução de seu modo de vida tradicional.

Para os moradores dos faxinais reconhecidos como sujeitos faxinalenses, a identidade coletiva e territorial é fundamental para definir o conceito de faxinal. Carlito Tabora Ferreira, morador do Faxinal Salso afirma que:

Faxinal é a união do povo, pela tradição do povo, pela cultura, tudo aquilo que é costumeiro, se eu tenho o costume de visitar um amigo, tomar chimarrão na casa dele, tenho o costume de encontrar com os amigos aqui na casa de oração, tem o costume de trabalhar junto no mutirão, criar animal solto, no meu entender o faxinal é isso. (...) (ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES, 2008)

Ao todo, cinco comunidades faxinalenses desses dois municípios, respaldadas pelo Núcleo Metropolitano Sul da Articulação Puxirão, deram início no final do ano de 2009 ao processo de automapeamento popularizado como Cartografia Social, mediante o qual, através de reuniões e oficinas de mapeamento, construíram o mapa de seus territórios no qual relatam espacialmente, através de grafias próprias, os conflitos que vivenciam e as particularidades de seu modo de vida, visando fortalecer a organização comunitária e amplificar a visibilidade de sua existência perante o poder público local. O mapa construído com amparo de extensionistas da Universidade Federal do Paraná e de outras instituições³ foi publicado pelo projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil⁴ em forma

³ Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) e Centro Missionário de Apoio ao Campesinato "Antonio Tavares" (Cempo)

⁴ O projeto Nova Cartografia Social vem sendo desenvolvido desde julho de 2005, é coordenado pelo antropólogo Alfredo Wágner Berno de Almeida e possui sede em Manaus/AM. Maiores informações sobre o

de fascículo, onde se encontram além do mapa um conjunto de depoimentos relatados e selecionados pelos próprios sujeitos participantes das oficinas, imagens e uma lista de demandas e conquistas do grupo.

A profunda identidade territorial que estes sujeitos possuem fortifica-se com o ato de “mapear-se a si mesmo” e mapear o próprio território, porque permite ao sujeito enxergar-se “de cima”, fazer-se presente nas representações do espaço que vive e constrói. No Brasil, grande parte dos mapeamentos participativos envolvendo populações locais, comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e movimentos sociais rurais, esteve associado ao reconhecimento de territórios e identidades territoriais. Essas experiências iniciaram-se na década de 1990 (em sua maioria na região amazônica), contudo, apresentaram um aumento significativo a partir de 2005, espalhando-se por todas as regiões do País, de acordo com levantamento realizado em 2008 pelo projeto “Experiências em Cartografia Social”, IPPUR/UFRJ (ACSELRAD; COLI, 2008)

O recente debate em torno das questões referentes aos povos e comunidades tradicionais tem ganhado força devido à emergência destes sujeitos mediante suas ações políticas e reivindicativas que os inserem na arena das disputas por território e recursos naturais. São reconhecidas “terras tradicionalmente ocupadas”, amparadas por diversos dispositivos jurídicos que, muitas vezes, enfatizam fatores étnicos e historicistas para instituir novas modalidades de apropriação formal de terras para povos tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades extrativistas. Todavia, a partir do surgir das mobilizações promovidas por estes grupos, as interpretações intelectuais e jurídicas sobre seus direitos territoriais tornaram-se mais abrangentes e complexas. (ALMEIDA, 2004)

A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais ratificada no Brasil pelo decreto legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e promulgada pelo Presidente da República no decreto 5.051 de 19 de abril de 2004, enaltece a autodefinição e a consciência da identidade coletiva como critério fundamental para determinar os grupos a que se aplicam as disposições deste documento. Nesta convenção também se atribui importância ao conceito de território vinculado às suas relações com a cultura e valores religiosos, abrangente de toda a área que os povos ocupam ou apropriam-se de alguma forma, independente de sua propriedade legal. Estes novos dispositivos

projeto e acesso às suas publicações podem ser encontrados no sítio www.novacartografiasocial.com. O projeto possui publicados mais de 150 fascículos, que além do mapa, consistem em um conjunto de registros e depoimentos realizados e selecionados pela comunidade para expressar aquilo que se pretende.

significaram uma grande mudança na arena das disputas pela demarcação de terras, configurando o que alguns autores chamam de “virada territorial”. (OFFEN, 2003)

3 Mapear os conflitos para construir resistências

Durante o ano de 2010, ao decorrer das etapas necessárias para a realização do mapeamento, reuniões e oficinas de elaboração dos mapas, confecção de legendas e revisão do material elaborado, o processo de construção da Cartografia Social foi caracterizado por uma série de idas e vindas dos pesquisadores/extensionistas entre comunidade e laboratório. As atribuições dos pesquisadores nestas etapas do processo referem-se à sistematização das informações levantadas, transcrição das falas e entrevistas realizadas, digitalização dos mapas, georreferenciamento dos pontos coletados e diagramação do conteúdo. Desta maneira, possibilita-se a revisão constante do conteúdo, assegurando-se que todas as informações contidas no produto final passam pelo consentimento dos “agentes sociais” da cartografia. Este momento de levantamento de informações e elaboração dos mapas e das entrevistas contidas no material a ser publicado levou aproximadamente um ano para ser concluído.

Após uma reunião realizada no final de 2009 pelas comunidades com a participação da prefeitura de Mandirituba e de órgãos públicos como o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto de Terras Cartografia e Geociências (ITCG), decidiu-se a favor da realização da Cartografia Social nas comunidades presentes. Em seguida, mediante a realização de uma oficina de mapeamento, foram elaborados os croquis dos territórios das comunidades, metodologia que permite aos sujeitos mapeadores fortalecer a percepção espacial sobre os conflitos sociais e práticas culturais, dentre outros fenômenos a serem mapeados. A etapa seguinte consistiu em uma oficina de elaboração de legendas, em que os participantes desenhavam os símbolos para representar os processos da forma que entendiam que deveriam ser representados, classificando os fenômenos em conflitos e práticas específicas de produção e manifestação cultural. Outras etapas se seguiram para revisar o conteúdo digitalizado em laboratório, e selecionar o material gráfico, elaborando diretrizes para o mapa final como a escala e nível de detalhamento das representações. Durante as oficinas foram gravadas entrevistas, que depois de transcritas são selecionadas coletivamente pelos participantes para compor a publicação final. Ao respeitarem-se as propostas metodológicas participativas busca-se garantir o protagonismo dos grupos sociais que realizam o mapeamento.

Ao decorrer do mapeamento, verificamos o fortalecimento do discernimento dos sujeitos sobre a espacialização dos conflitos sociais existentes no território destes grupos, que

em geral derivam de processos de apropriação do território que não condizem com suas formas específicas de produção e reprodução social.

O principal conflito levantado por essas comunidades durante as reuniões e oficinas da Cartografia Social está relacionado aos chacreiros, proprietários de sítios dentro do território do criador, em geral, pessoas que vivem e trabalham em Curitiba e destinam essas áreas para fins de lazer. Entretanto, estas pessoas desconhecem o modo de vida faxinalense e as práticas de criação de animais à solta nos criadores comunitários, e ao se estabelecerem colocam fechos ou cercas em suas propriedades, que limitam a área do criador. Segundo Amantino Sebastião de Beija, morador do Faxinal Meleiro:

“O maior conflito nós dizemos que é o chacreiro, né... Que vem de fora compra terra aqui, primeira coisa que ele pensa é em cercar toda a área... Ele não se preocupa em descobrir como é a comunidade aqui... Tem uns que vem pra somar, mas infelizmente a maioria vem pra tentar destruir a forma de vida que nós... Que nós vivemos... O chacreiro que vem da área rural mesmo que onde ele morava não tinha o faxinal, ele chega aqui ele já procura conhecer melhor, e por ele ser da área rural já leva mais em conta... Agora os que vêm da área urbana já... A maioria é simplesmente pra cercar... Como se fosse uma área de lazer deles...” (ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES, 2011 p.5)

Os faxinalenses alegam também a invisibilidade a que estão submetidos como uma das causas destes conflitos. Nesse sentido, a experiência da Cartografia Social tem serventia também, segundo os próprios faxinalenses, como instrumento de luta por visibilidade social e política, opondo-se aos mapas oficiais do Estado, que se utilizam do “silêncio cartográfico” como estratégia de ocultar certas realidades cuja divulgação não interessa aos responsáveis por sua produção. De acordo com José Adir, morador do Faxinal Espigão das Antas, o ato de cartografar o território faxinalense é importante “para a comunidade ser representada de alguma forma, né. Porque quem que conhecia ou conhece o criador ou faxinal se nunca foi citado isso daí em parte nenhuma. Nunca foi registrado.” (idem, 2011 p.10)

3 Território e desenvolvimento para entender os conflitos

Os conflitos de cunho territorial, apresentados sob diversas óticas sociais, culturais e ambientais, possuem relações profundas com as concepções hegemônicas de desenvolvimento desempenhadas pelo Estado e pelas instituições multilaterais. Apesar de incorporar palavras como verde, sustentável, social, ecológico e participativo, os enunciados deste desenvolvimento não propõem mudanças estruturais na sociedade capazes de reverter as

condições de desigualdade social que são propaladas por essas instituições como um grande problema. De acordo com Montenegro Gómez (2006) as inovações alegadas pelas recentes propostas de desenvolvimento, como o desenvolvimento territorial rural não são, nem pretendem ser, suficientes para superar os paradigmas em que estão fundamentadas, demonstrando a superioridade das continuidades (dos velhos projetos fracassados) em relação às inovações dos novos discursos. Evidencia-se desta forma que a lógica reproduzida pelo paradigma desenvolvimentista não é benéfica, sobretudo para os grupos marginalizados pelos processos históricos. Sobre o contexto dos conflitos territoriais associados ao desenvolvimento, Zhouri e Laschefski (2010) afirmam que:

A luta de grupos não inseridos, ou apenas parcialmente inseridos, no sistema urbano-industrial-capitalista contra a desterritorialização está frequentemente vinculada com o questionamento do modelo de desenvolvimento hegemônico, fenômeno que conduz alguns pesquisadores latino-americanos a refletir sobre o processo de “colonialidade” do pensamento moderno. (p. 26)⁵

Quijano (2000), ao refletir sobre as premissas da “colonialidade”, associa criticamente o termo desenvolvimento a diversos elementos que foram introduzidos no continente latino-americano ao decorrer de sua longa história de exploração e que permaneceram mesmo após as independências do século XIX: como o próprio Estado, a propriedade privada e a reificação do saber científico ocidental. Ainda lembra que o discurso em torno do desenvolvimento foi muito utilizado para naturalizar a tese de que “a modernização não implica necessariamente a ocidentalização das sociedades e das culturas não-européias, [e] um dos argumentos mais usados foi o de que a modernidade é um fenômeno de todas as culturas, não apenas da européia ou ocidental.” (p. 6)

Este discurso que visa a naturalização do desenvolvimento para impor sua lógica hegemônica é uma das formas de manifestação da colonialidade, processo que hierarquiza grupos sociais e pressupõe um modelo a ser seguido, moderno, branco, masculino e ocidental.

Contudo, o debate em torno dos conflitos de ordem territorial e sócio-ambiental está ancorado nos conceitos desenvolvimento e território. A partir do embate de distintas racionalidades aplicadas sobre o mesmo território - de um lado aquela construída a partir do local e que se manifesta nas relações comunitárias e no arraigo territorial, e de outro, a concepção hegemônica moderna, branca e ocidental, norteada pelo “desenvolvimento a qualquer custo” – ocorrem os processos de desterritorialização que promovem, ademais, a

⁵ Zhouri e Laschefski baseiam-se em Lander e Mignolo para refletir sobre o paradigma da “colonialidade”.

perda da identidade e da memória, e, sobretudo das relações comunitárias que se constroem a partir dos vínculos com o território tradicional.

4 Considerações finais

Os desdobramentos posteriores à construção da Cartografia Social podem ser identificados como reflexos da politização e fortalecimento da organização comunitária adquiridos com a prática da Cartografia Social. No início do ano de 2011, ainda precedendo a publicação do fascículo e do mapa, diversas atividades realizadas pelas comunidades participantes do mapeamento demonstraram o crescente potencial de politização e instrumentalização dos sujeitos.

Foi realizada pelos faxinalenses das cinco comunidades com amparo da Universidade Federal do Paraná, uma atividade de troca de experiências e resgate de práticas tradicionais de tratamento animal com produtos fitoterápicos que são cultivados ou nativos do próprio local. A partir desta atividade, mediante metodologias de fomentar o debate sobre a importância do resgate da memória, foram listadas diversas receitas tradicionais que devem ser sistematizadas e compor uma cartilha ou receitário de ampla divulgação entre os moradores dos faxinais. Neste movimento, emergiram também os anseios políticos das mulheres faxinalenses, que organizaram algumas atividades e conversas no sentido de incorporarem-se no contexto político-organizativo que as comunidades faxinalenses estão inseridas, e que muitas vezes restringe-se majoritariamente aos homens dessas comunidades .

Também foi elaborada pelas comunidades uma cartilha para divulgação na região dos faxinais sobre a particularidade do modo de vida faxinalense e das práticas desenvolvidas em seu território, devido às incertezas geradas pela grande repercussão do processo da Cartografia Social e da mobilização política emergente em torno da temática do território faxinalense.

A realização de um curso de Cartografia Social sediado na Universidade Federal do Paraná durante o primeiro semestre do ano de 2011 em duas etapas com ampla participação de integrantes de povos e comunidades tradicionais do Paraná permitiu aos faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba compartilhar a experiência da sua prática de construção de uma Cartografia Social com os diversos outros grupos presentes no encontro. Este evento, que objetivava a troca de experiência entre os grupos que realizaram ou pretendem ainda realizar o mapeamento participativo, também foi essencial para o aprofundamento da discussão sobre esta prática e a instrumentalização dos sujeitos, para que estes sejam possibilitados de

adquirirem cada vez maior autonomia sobre as ferramentas de representação de seus próprios territórios.

A Cartografia Social pode ser entendida, contudo, como instrumento dotado de grande potencial para fortalecer processos de politização e instrumentalização dos sujeitos sociais em suas caminhadas de busca por autodeterminação política sobre a gestão de seu território e recursos naturais, e resistência aos processos contraditórios da lógica do desenvolvimento e da expansão do capital no espaço.

Concordamos com Zhouri e Oliveira, ao afirmarem que:

A defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por autodeterminação, a fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino. A direção desses movimentos é contrária à atopia, pois ela insiste em nomear os lugares, em definir-lhes seus usos legítimos, vinculando a sua existência à trajetória desses grupos. Não é uma luta pela fixidez dos lugares, mas sim pelo poder de definir a direção da sua mudança. (2010, pg. 445)

O fortalecimento da dimensão política dos sujeitos envolvidos está intimamente associado ao ato de resistir aos processos de avanço e mobilidade do capital no espaço, centrada na defesa do território e das dinâmicas locais. No contexto da emergência politizada de um novo sujeito social, este abandona a condição passiva de objeto do capital subordinado à desterritorialização, passando, através de processos de enraizamento e fortalecimento das relações sociais que o arraigam ao território, a buscar por auto-determinação política sobre a organização social que sustenta suas práticas de produção e seu modo de vida.

5 Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. e COLI, L. R. (2008). “Disputas territoriais e disputas cartográficas”, En ACSELRAD, H. (Org.), Cartografias sociais e territórios, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

ALMEIDA, Alfredo W. B. (2004). Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e Movimentos Sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n.1

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. (2008). Projeto Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba, Fascículo 4. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Quitandinha.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. (2011). Projeto Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba, Fascículo 5. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Mandirituba.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. (2006). Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

QUIJANO, A. (2000) Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En LANDER, E. (Comp.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Clacso.

SOUZA, R. M. (2007). Da invisibilidade para a existência coletiva: Redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de Povos Faxinalenses. En Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC. Florianópolis.

TAVARES, L. A. (2008). Campesinato e os faxinais do Paraná: terras de uso comum. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo

OFFEN, Karl. (2003). The Territorial Turn – Making Black Communities in Pacific Colombia. *Journal of Latin American Geography* 2. No. 1: 43-73

ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (2010). Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. En: ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. (2010). Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG.